



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Manoel Gaona e Werner Wanderer.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldencio Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Osvaldo Macedo. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Mesa registra, com satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Vereador Francisco Brunelli, e do Presidente do MDB, de Cruzeiro do Oeste, Sr. Adilson José Corniani.

Aos ilustres visitantes, os cumprimentos da Assembléia Legislativa do Paraná, fazendo votos por uma feliz estada em nossa cidade.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de pesar, pela morte do ex-Deputado Estadual ORLANDO PERARO, ocorrida neste Estado, no dia 29 do corrente mês.

O referido Parlamentar, exerceu o mandato de Deputado nesta Casa, de 1964 a 1967.

Requeiro ainda, que da decisão do Plenário, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Paulo Camargo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Izabel Sbarani, ocorrido hoje.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, expediente desta Casa, consubstanciado em veemente apelo no sentido de que aquela Pasta gestione junto ao Ministério da Agricultura, no sentido de ser liberado o plantio de frutas cítricas na região norte paranaense, principalmente na região que congrega o Município de Nova Esperança.

Na citada região, com base no combate ao cancro cítrico, foram dizimadas as plantações há mais de vinte anos.

A liberação que ora se pleiteia, é uma aspiração da população, pois que, além da necessidade das frutas para a sua alimentação, que ora são importadas e que pelo seu preço se tornam inacessíveis, maiores oportunidades de trabalho surgiriam naquela região, ocupando assim, parte da mão de obra ociosa ali existente.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Manoel Gaona.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura, expediente desta Casa, consubstanciado em veemente apelo, no sentido de ser liberado o plantio de frutas cítricas na região norte paranaense, principalmente na região que congrega o Município de Nova Esperança.

Na citada região, com base no combate ao cancro cítrico, foram dizimadas as plantações há mais de vinte anos.

A liberação que ora se pleiteia, é uma aspiração daquela população, pois que além da necessidade das frutas para a sua alimentação, maiores oportunidades de trabalho surgiriam, ocupando assim, uma parte da mão de obra ociosa existente na região.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Manoel Gaona.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Direção da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR, sugestão no sentido de que aquele órgão encaminhe, independentemente de solicitação, a todas as Câmaras Municipais de nosso Estado, preferencialmente no início de cada ano, instruções que esclareçam de maneira singela e de fácil compreensão, sobre os valores da remuneração que deve ser atribuída aos Senhores Vereadores.

É comum haver certa dificuldade entre as diversas Câmaras Municipais de nosso Estado, sobre o valor a que deve ser remunerado o Vereador, pois que cada comuna possui diversa incidência salarial, causando muitas vezes distorções que facilmente poderiam ser sanadas com o encaminhamento, pelo órgão auxiliar de Assistência Municipal existente em nosso Estado, de instruções que ora sugerimos, o que virá por certo prestar excelente serviço de utilidade pública às Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Manoel Gaona.
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinada a instalação de um Posto Telefônico no Distrito XVIII, também chamado Jandópolis, no Município de Leopólis.

A solicitação que se faz, tem por finalidade dotar aquele Distrito localizado no Município de Leopólis, de um sistema rápido de comunicação, o que ocasionará enormes benefícios à sua crescente população, que com o seu trabalho, vem contribuindo para o progresso daquela região do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, consubstanciado em veemente apelo, no sentido de ser determinada por aquela Companhia, a instalação da rede de energia elétrica no Distrito de Primavera, Município de Leopólis.

A solicitação que se faz, tem por finalidade, dotar aquele progressista Distrito do Município de Leopólis, de melhoramento, atendendo assim aos anseios da sua população, como também sustentando o crescente progresso por que vem passando aquela rica região de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, consubstanciado em veemente apelo no sentido de ser instalado com urgência, um Posto Telefônico na localidade de Vila Prado, Município de Miraselva.

Tal apelo se faz, visando dotar aquela localidade de um meio rápido de comunicação, o que trará enormes benefícios à sua crescente população, que muito tem contribuído para o progresso daquela região do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa, ao Senhor Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de ser determinado com urgência, o asfaltamento do trecho de estrada que liga Florestópolis—São Joaquim, na Rodovia Bela Vista—Alvorada do Sul.

A presente solicitação, tem por finalidade, dotar aquela rica região produtora de cereais de nosso Estado, de uma via de escoamento com os centros produtores, ocasionando assim melhores condições à sua progressista população que muito tem contribuído com o seu árduo trabalho, para o erário público estadual.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que seja determinada a reconstrução da Unidade Escolar Olavo Bilac, situada na Av. Monteiro Tourinho, 75, Atuba, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Alfredo Gulin.

JUSTIFICATIVA:

A Unidade Escolar Olavo Bilac, que está situada anexa ao 1.º Distrito Rodoviário, encontra-se em precaríssimas condições, cuja unidade é composta por oito salas de aula, cantina e secretaria, de construção em madeira, abrigando mil e duzentos alunos, nos quatro turnos, das 07,15 às 22,45 horas.

A Diretoria foi informada pela FUNDEPAR da impossibilidade de reforma, pois é impossível qualquer conserto nas instalações, tanto pela chuva transpondo o teto, como pelo assoalho muito antigo e quase sem resistência, com as paredes apodrecidas e portas arrebentadas.

Segundo reunião recentemente realizada entre pais e professores, para o próximo ano letivo não haverá condições de funcionamento da Escola, cujas instalações colocam em risco a integridade física de seus alunos, uma vez que está até ameaçada de ruir.

Sabemos perfeitamente que o atual governo tem dado uma atenção toda especial ao setor de educação, procurando oferecer aos alunos não apenas bancos escolares, mas também condições satisfatórias de aprendizado.

Não podemos acreditar que seja do interesse do nosso Governo, que mil e duzentos alunos fiquem sem prosseguir em seus estudos, ou então que sejam obrigados a procurar outras escolas para tanto, o que lhes traria sérias dificuldades.

O apelo veemente dos pais e dos mestres daquela escola é que a Unidade Escolar Olavo Bilac seja reconstruída para o próximo ano letivo, a fim de que fique de uma vez por todas resolvido o problema da continuidade dos estudos dos alunos ali matriculados.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, nos termos do § 2.º, artigo 20 da Constituição Estadual, o seguinte pedido de informações:

1) Quais as razões de até o momento e em caráter oficial, não ter a Secretaria de Segurança, desmentido as denúncias de torturas que teriam sofrido na DFR, os Srs. Nilo Osmar Homerding e Pedro Roberto Silvati?

2) Não se fazem acompanhar notícias de punições aos torturadores, pelos nossos órgãos de imprensa. Se houveram, recentemente punições, quais, que penas e quem os punidos?

3) Em caso negativo ou seja de não terem sido punidos elementos da Secretaria de Segurança Pública, que medidas foram tomadas para responsabilizar os órgãos de imprensa que estariam veiculando falsas notícias e altamente comprometedoras ao bom nome e conceito das nossas autoridades de segurança?

4) O imóvel onde funciona a DFR é locado ou de propriedade do Estado? Por ordem de quem, foram as paredes das celas daquela especializada pintadas, quando se sabia que estavam sob observação judicial, como prova de denúncias de torturas?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Toda a imprensa do Paraná vem retratando uma sequência de denúncias de torturas levantadas contra as autoridades policiais do Estado. Com fotos, fatos e evidências, as denúncias tomam os jornais e informam o grande público. Até laudos de lesões corporais são apresentados. Contudo, as autoridades oficialmente nada desmentem e nenhuma notícia de punição aos "apontados de torturadores" chegam ao conhecimento público.

Tal situação não pode prosperar. As torturas existem ou não existem. Se existem, os torturadores devem ser exemplarmente punidos. Se as denúncias são falsas, aos denunciadores deve ser imputada a responsabilidade disso, bem como tomarem-se as medidas legais para que a imprensa não dê alarde ao que se sabe ser mero expediente de defesa processual. O que não pode acontecer é esta situação de silêncio das autoridades. Quem cala consente e o silêncio, no caso, serve apenas para manter a opinião pública alimentada de fortes razões para ser adversa aos nossos valorosos homens de segurança.

É dever primeiro das autoridades responsáveis pela Segurança, punirem os culpados, sejam eles da polícia ou criminosos comuns. Mas é dever inarredável, também, que tudo façam as autoridades para manterem o bom nome de nossa organização policial.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 137/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Catanduvas, Distrito Administrativo de Ibiracema, com divisas do atual povoado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de IBIRACEMA, no Município de CATANDUVAS, na progressista região do Sudoeste Paranaense, vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais acelerados. A crescente expansão de sua lavoura vem proporcionando novos horizontes à população local, criando um aumento vertiginoso em todos os setores quer econômico, social e cultural. Baseado nesse crescimento, é que propomos a criação do Distrito Administrativo, o que possibilitará e trará maiores condições para que o Poder Executivo Municipal possa acompanhar e fortalecer esse crescimento com solidez.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de Distritos Administrativos, estabelecidos pela Lei Complementar n.º 01, de 09 de novembro de 1969, já se encontram providenciados e, serão encaminhados para anexação, no decorrer da tramitação do presente Projeto, junto às Comissões Técnicas desta Casa.

Isto exposto esperamos o apoio dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 138/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Catanduvas, o Distrito Administrativo de Santo Isidoro, com divisas do atual povoado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Santo Isidoro, no Município de Catanduvas, na progressista região do Sudoeste Paranaense, vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais acelerados. A crescente expansão de sua lavoura vem proporcionando novos horizontes à população local, criando um aumento vertiginoso em todos os setores, quer econômico, social e cultural. Baseado nesse crescimento, é que propomos a criação do Distrito Administrativo, o que possibilitará e trará maiores condições para que o Poder Executivo Municipal possa acompanhar e fortalecer esse crescimento com solidez.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de Distritos Administrativos, estabelecidos pela Lei Complementar n.º 01, de 09 de novembro de 1969, já se encontram providenciados e, serão encaminhados para anexação, no decorrer da tramitação do presente Projeto, junto às Comissões Técnicas desta Casa.

Isto posto, esperamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Mesa tem a satisfação de registrar a presença, na tribuna de honra desta Casa, do Sr. Prefeito Verno Scherer, do Município de Marechal Cândido Rondon; e dos Srs. Vereadores Ilmo Wesse, Presidente da Câmara Municipal, e Verno Lamb, Líder da ARENA daquela Câmara Municipal. Bem assim, registra a presença do Sr. Vitor Hugo Borgmann, Diretor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon e do Sr. Rudi Cassel, Líder, comerciante naquele município.

Tem também a satisfação de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Ubiratã, Vereador Eudécio Carrera, que se faz acompanhar do Sr. Vereador Horácio Ribeiro.

Atendendo o que dispõe a Resolução n.º 23/69 que determina que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dedique as comemorações da Semana da Pátria, no Expediente, tempo, para as comemorações alusivas à Independência do Brasil.

A Presidência concede a palavra, para falar em nome da ARENA, e do MDB, ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"Honrados com a designação para falar sobre a Semana da Pátria, nós pretendemos fazê-lo, não só como membros desta nobre Assembléia Legislativa, de laboriosas tradições, mas, como membro de um Partido, a ARENA, e ainda por delegação do eminente Líder do MDB, falar também em nome do Partido da Oposição, o MDB.

Significativo, entretanto, é que, por suas lutas, pela maneira de sua conquista, realizada com sangue generoso, os acontecimentos históricos que geraram a nossa independência política, em 7 de setembro de 1822, e que origina as comemorações da Semana da Pátria - tem um extraordinário poder de unir, de congregar como o de irmanar membros de uma só e grande família a todos nós brasileiros, sem distinção de origens, sem distinção de cores, sem distinção partidária. para a exaltação desta realidade incontestável que somos, — o BRASIL! uma Pátria só, de uma só língua e de um só culto religioso por sua preponderância católica, apostólica romana, não obstante sermos mais de cento e vinte milhões de habitantes ocupando uma área territorial de mais de oito milhões e quinhentos quilômetros quadrados!

Os sacrifícios dos Beckman, dos Felipe dos Santos e desse mártir que foi José Joaquim da Silva Xavier — o TIRADENTES — foram sacrifícios úteis e sagrados, porque as suas vidas cheias de episódios das de mais exaltadas coragem nas suas andanças pela libertação política de nossa estremecida Pátria, teve a colaboração da maioria do povo brasileiro, inclusive dos de origem luitana, unidos no esforço comum de fazer com que a Nação Soberana que nascia em 1822 às margens do arroio Ipiranga, na cidade de São Paulo, pudesse desenvolver na paz, no

trabalho, as suas fontes de economia e de instrução às suas riquezas, e colocá-las ao serviço de seu povo, de sua saúde, de sua instrução e de seu aprimoramento político.

Foram, não há dúvida, tempos difíceis, mas como sempre ocorre, no passado distante e no passado próximo, como no presente, felizmente nossa Pátria sempre contou com homens capazes de conformidade com as exigências da hora ou da época.

José Bonifácio, meus senhores, é um desses gigantes brasileiros.

Foi quem, sob a inspiração da experiência e de sua vasta cultura, de sua inteligência e de seu patriotismo, como que estabeleceu as linhas mestras para a proclamação da Independência, por D. Pedro I, e lançou as bases constitucionais de novo Estado, e maior da América do Sul.

Não foi fácil obter o reconhecimento de nossa emancipação política.

Há 156 anos atrás as potências da época, disputavam, como nos dias de hoje, sua influência econômica sobre tão grande extensão territorial, então produtora de açúcar e ainda possuidora de ouro em mina outrora fértil.

A nossa situação topográfica, com os rios Paraná e Paraguai a constituírem as riquezas de outras Pátrias, como o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, tudo isso contribuía para que, se dependesse exclusivamente das potências estrangeiras, nosso desenvolvimento não fosse fácil, porque teríamos que ser uma espécie de fiel de balança - não possibilitar o fortalecimento excessivo dos povos da fala espanhola ou guarani - e nem o nosso próprio.

Tivemos portanto, várias frentes de luta:

I - O de reconhecimento de nossa soberania;

II - O da manutenção de nosso imenso território, nem permitindo os desdobramentos, ou fracionamentos que geraram tantos Estados de língua espanhola nas Américas Central e do Sul - fracionamento esse que redundou nos enfraquecimentos dos mesmos povos, quer econômica, quer militarmente falando;

III - E para se alcançar nesse Brasil Continente a mesma língua, como que a mesma religião, e os mesmos costumes e formas políticas, parece não haver exagero quando o historiador destaca o papel de um João Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que por sua exemplar vida e "Patrono do Exército Brasileiro"

A habilidade de D. Pedro II e de seus hábeis conselheiros deve ser posta em relevo quando se fala, como o fazemos agora, na consolidação do Brasil Império, mas ao nobre e saudoso nome, hoje se acresce, por sua atuação no período republicano, o de Barão do Rio Branco, a cuja sabedoria se deve não só a manutenção da nossa imensa área territorial, como o seu crescimento diante negociações jurídicas, claras, incontestáveis, perante os mais altos Tribunais do Mundo.

Esse foi, Senhores Deputados, um ligeiro apanhado de que um membro da Assembléia Legislativa pode trazer para as comemorações da mais importante data cívica de nossa Pátria, destacando, como é de justiça, ontem como hoje, o importante papel das religiões na nossa emancipação política, bem como os das Lojas Maçônicas, a cujos quadros pertencia o próprio Príncipe D. Pedro I, como coube a um sacerdote, a um Padre paranaense, a primeira exclamação, em ato público, no Teatro em São Paulo, designando o jovem Príncipe de Imperador do

Brasil. Era pois, a Província de então se solidarizando com a nobre causa.

Para não nos alongar, Senhores Deputados, diremos que a longa caminhada da nossa emancipação, começou no grêmio das Nações, com o reconhecimento da Independência em 1822, pelos Estados Unidos da América do Norte e, anos mais tarde, por Portugal, que "exigiu e foi atendido dois milhões de libras esterlinas como indenização pela perda sofrida".

Mas o fomos e o fizemos, e o que somos, e o que seremos ninguém tem dúvidas de que faz crer que se aproxima ou nos aproximamos pelo trabalho, de nos realizarmos como potência emergente, isto é, uma potência em formação ou em desenvolvimento.

Num mundo conturbado por choques políticos e econômicos, que absorve quatrocentos bilhões de dólares só em objetivos militares ou bélicos, ainda somos, mercê de Deus, um povo cuja dívida, incluídas as importantes parcelas de investimentos em nossa Pátria por empresas estrangeiras que colaboram para o nosso desenvolvimento, cuja dívida alcançará 40 bilhões de dólares em fins do corrente ano, mas de um Brasil que exporta, ainda que não alcance os preços desejados, mais de doze bilhões de dólares anualmente; de um País como o nosso, cujos depósitos bancários, especialmente em Carteiras de Poupança, em Fundos de Garantia de Tempo de Serviço, de PIS, etc, supera os 40 bilhões de dólares; de um País que pode exportar e produzir todo o combustível energético à base de álcool de cana ou de mandioca, que a riqueza renovável, e não como o petróleo que se extingue e desaparece para sempre; de um País que tem riquezas minerais e hidráulicas como as maiores do mundo; de um País que só na área da Amazona Legal produz 40 por cento do oxigênio vital para a população da face da terra; de um País que, ao contrário dos que ficaram no passado, com as nossas riquezas, temos em execuções planos de energia nuclear e a Usina Binacional de Itaipu; de um País cuja área territorial ainda não explorada tecnicamente pela agricultura e pela pecuária, pode nos fazer um dos celeiros alimentares do mundo após bem nutrir a nossa crescente população brasileira; de um País em cujo solo estarão enraizados hoje gente vinda de todas as partes do mundo, e que aqui vivem e comungam conosco como membro de uma mesma só família, de cujos os nomes e sobrenomes nossa própria Assembléia Legislativa é um espelho dessas várias etnias, de um povo assim, - Senhores Deputados, só devemos pedir a DEUS que ilumine os responsáveis pelos destinos de nossa grande Pátria, que sejamos governantes e governados sob os mais elevados princípios de cristandade e de humanismo, os artífices desse país sonhado por nossos heróis, tanto dos que morreram pelejando no interior de nossa Pátria, como os bravos Expedicionários de além-mar, que sejamos os realizadores, nós e nossos filhos e nossos netos, do Brasil que inspirou o poeta a dizer que jamais veremos um país como este, na sua cordialidade, no seu trato, na sua vida, sem esquecer, entretanto, nesta Semana da Pátria, a materialidade das horas atuais pelo que se faz atualíssima a frase de D. Pedro I, de "Independência ou Morte".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Que as nossas expressões sejam acolhidas como de respeito e de consideração para os Senhores componentes das Forças Armadas, das Igrejas, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo e em particular, para com a totalidade do laborioso povo paranaense, que se revelou digno de sua emancipação política, em 1822, quando nos desligamos de Portugal, e em 1853, quando da emancipação política do Paraná, povo esse, livre e soberano em vontade de trabalhar e de produzir em bem do próprio Estado e do Brasil, tal como o sonhara o Mártir da Independência, o Alferes Tiradentes.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) A Presidência registra com satisfação a presença nas tribunas de honra desta Casa, dos Senhores Vereadores Aleixo Gizzi, Presidente da Câmara Municipal de Ampére e do Senhor Vereador Natalício de Mello, Vice-Presidente à Câmara Municipal também de Ampére.

Para falar no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Manoel Gaona, inscrito.

O SR. MANOEL GAONA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossos amigos que estão aqui nos visitando. Mais uma vez vamos usar a palavra na Assembléia para dizer aquilo que vemos e aquilo que sentimos.

Sr. Presidente, quando acontece qualquer coisa na lavoura do nosso Interior do Estado, as promessas de financiamento são as primeiras que aparecem para resolver o problema. Mas, como agricultor, vendo o desespero dos nossos fazendeiros, o desespero dos pequenos sitiantes que estão vendendo o seu sítio, porque não interessa mais o financiamento de bancos; porque cada vez mais vêm a sua propriedade mais hipotecada e suas famílias mais endividadas.

Um apelo que nós gostaríamos de fazer ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Ministro da Fazenda para que realmente resolvessem os preços daquilo que nós colhemos em nossa agricultura; que houvesse realmente a hora certa para podermos chegar ao comprador e sabermos quanto poderíamos vender daquilo que nós produzimos.

Mas, o que acontece? Nós vimos antes desta geada, o agricultor, o vendedor de café, entregar o seu café a quinhentos cruzeiros a saca; vender o seu café que não dá sequer para pagar a manutenção de um ano e vermos agora o anúncio de novos financiamentos.

Para nós da agricultura, não está interessando mais financiamento e sim, realmente, preço, para que possamos plantar, para que possamos colher, para que possamos vender e saber aquilo que queremos.

Sr. Presidente, em nossa região, onde era realmente uma reforma agrária, onde existiam milhares de pequenos sitiantes, só nestes dois anos, desapareceram mais de dois terços dos pequenos sitiantes.

Estão se mudando para as cidades de Americana, Campinas e São Paulo, para serem empregados, preferindo isso a serem sitiantes no Estado do Paraná; preferindo isso a serem lavradores aqui neste Estado, onde não se tem o apoio e realmente não se recebe de acordo aquilo que se trabalha.

Portanto, é o nosso apelo, é o nosso pedido.

Não nos interessa mais financiamento; não queremos mais financiamento. É aquilo que dizem os fazendeiros em nosso Estado, porque temos que vender a propriedade para entregá-la ao Banco.

Vimos há pouco o pronunciamento da independência do Brasil. Naquela época houve realmente a independência do Brasil de Portugal. Hoje, nós queremos a independência do homem, queremos a independência do homem que trabalha para educar o filho e dizer: meu filho, amanhã você vai para a faculdade. Hoje é privilégio, no Brasil, apenas de alguns. O filho do pequeno, o filho daquele que trabalha, do operário, jamais verá uma faculdade. Então é esse o nosso apelo. Na nossa região o fazendeiro diz: não interessa financiamento, não interessa mais favores do Governo, pois já estamos com a nossa fazenda hipotecada. Queremos realmente preço para as nossas mercadorias.

É só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós estamos num semestre eleitoral, num período evidente e eminentemente pré-eleitoral. Assim no Paraná, assim no Brasil, assim em todas as Assembléias Legislativas, acredito eu, as casas legislativas devem funcionar a meio vapor, apenas dentro do prazo e dentro do tempo, dentro da disponibilidade rigorosamente mínima para permitir a existência e o funcionamento do Poder Legislativo.

Esta Casa já assistiu, Sr. Presidente, a criação e a instalação de uma série de Comissões Especiais, de Comissões de Inquérito, de Comissões de Investigação. E em razão de uma série de fatos, que não nos convém analisar neste instante, Sr. Presidente, a maior parte destas comissões, mais cedo ou mais tarde, tiveram a sua falência decretada, e nós tivemos a expe-

riência de participar em algumas delas.

Assim, quando se instituiu esse período legislativo, foi criada nesta Casa, a Comissão Especial do Menor, que teve uma rotatividade tão grande de seus membros que entravam, pediam demissão, a liderança partidária indicava outro membro que, por sua vez, da Comissão também se desligava e, finalmente, chegou-se à conclusão de que a problemática do menor, no Paraná e no Brasil, é simplesmente uma questão que nem se pode debater.

Tivemos a experiência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Economia Paranaense, a chamada Comissão de Desparanização, e hoje, Sr. Presidente, fomos surpreendidos ao ler, na imprensa paranaense, especialmente no jornal "Correio de Notícias", na página três:

"CPI da Ecologia será suspensão.

O desinteresse de alguns Deputados poderá ocasionar a suspensão da CPI sobre o meio ambiente na Assembléia. E tudo deverá ficar para o ano que vem.

Poderá ser suspensa e transferida para o próximo ano a Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da situação da ecologia no Paraná. De acordo com seu Presidente, Lázaro Dumont, e entre elas cita o nome deste Deputado, Sr. Presidente, que está na tribuna".

Sr. Presidente, eu não sou membro da CPI da ecologia. Quando um Deputado assume a Presidência de uma Comissão, é necessário que ele conheça, através da indicação das lideranças partidárias, os Senhores Deputados indicados por cada liderança de partido. Mesmo assim, na condição de suplente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós demos número para a sua instalação; demos número para a sua abertura. E não temos, Sr. Presidente, a obrigação de suprir permanentemente a ausência dos titulares da Comissão.

Fizemos uma vez, fizemos duas vezes; não temos a obrigação regimental, não temos a obrigação partidária, não temos a obrigação social de dar número permanentemente na nossa condição de suplente. E não podemos admitir também, que uma situação que é institucional de descaso, de esvaziamento do Poder Legislativo, faça com que o desespero de uma comissão altamente necessária para o Paraná, mas que não funciona em razão desse fato. Vetar dúvidas quanto à seriedade com que procuramos encarar o exercício do nosso mandato, Sr. Presidente.

Estamos hoje no trigésimo dia do mês de agosto, há apenas 75 dias das eleições e poderá Vossa Excelência, poderá o Sr. Presidente da Comissão de Inquérito da Economia, poderá a Secretaria da Casa observar que este Deputado não teve uma falta sequer às sessões desta Casa, neste segundo semestre. Mas, Sr. Presidente, assumo as responsabilidades das atitudes que tenha tomado como Deputado. Apenas não aceito as acusações por atitudes que não me cabem, por envolver condições de suplente de uma comissão.

Sei também, Sr. Presidente, que este levantamento que surge a respeito do meu comparecimento, não poderá ser feito, de uma forma geral.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência leva em consideração o que da tribuna declarou o eminente Deputado Renato Bernardi, e isenta a Mesa de qualquer insinuação acerca da frequência do comparecimento dos Srs. Deputados às reuniões das comissões. Todavia, lembra a Presidência que as comissões de inquérito e parlamentar de inquérito e as comissões especiais têm prazo fatal para conclusão dos seus trabalhos. E em hipótese nenhuma esta comissão poderá transferir os seus trabalhos ou transferir-se para outra legislatura. Razão pela qual, apela aos Srs. Parlamentares membros das comissões especiais e das comissões parlamentares de inquérito para a conclusão dos trabalhos das referidas comissões.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador

inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “É muito fácil constatar que vivemos sob crise econômica, política e social. Uma crise que sucedeu ao milagre e, foi mesmo, resultado dela.

Ficou evidenciado por estudos e debates que chegaram à luz nos últimos tempos, que não foi apenas a crise internacional de produção, comércio e moeda padrão, ou a crise do petróleo, a causa de nossas vicissitudes. O modelo econômico e político brasileiro, que é também um modelo social que cultiva a exploração intensiva do trabalho para capitalizar setores sociais diminutos, provocando a grande concentração de rendas, criou a presente situação de crise e insegurança.

Todos os setores da sociedade brasileira sentiram os efeitos da crise. Entretanto, os grandes grupos monopolísticos e os especuladores financeiros, e ainda a aristocracia burocrática do País, encontraram formas de manter seus lucros e rendimentos e até, de ampliá-las às custas daqueles que dispõem de menores recursos e, portanto, de menos valia social perante esse modelo de governo que foi instituído.

Pesado tributo está sendo pago pelos trabalhadores da cidade e do campo, pelos profissionais liberais, pelos pequenos produtores independentes, pelos pequenos e médios empresários. Entre estes, o próprio pequeno comércio é apontado como bode expiatório dos males provocados por atravessadores e especuladores de gêneros e produtos da alimentação e do uso diário.

Se de um lado não aceitamos, nem queremos que continuem livres os especuladores e atravessadores do dinheiro, da alimentação e do consumo geral; de outro devemos lembrar o importante papel que exercem as atividades mercantis, na circulação e distribuição das mercadorias.

É uma tarefa socialmente necessária, que é cumprida em benefício do aquisidor, daquele que precisa o acesso organizado ao consumo.

Governar é exercer a administração pública, conscientemente, com a burocracia existente, mas vendo e sentindo a dinâmica social e sua fluência. Nestes tempos de crise, os Estados brasileiros estão precisando mais do político, do que o Chefe Executivo, o político experiente, sensato, aberto aos problemas sociais.

O pequeno comércio do interior, enfrentou e enfrenta ainda uma grande crise econômica — que se prolonga há dois anos de forma mais aguda — e ficou ao meio de pressões intoleráveis: diminuição de vendas pelas carências aquisitivas do povo e custos mais elevados dos produtos que oneram sobremaneira as encomendas e os estoques.

E nessa situação a pressão tributária e fiscal se manteve alternativa porém presente. Quer dizer, com maior ou menor pressão fiscal, ela sempre esteve a ameaçar a existência de um comércio em dificuldades. Talvez o conhecimento da situação de alguns municípios possa ilustrar melhor a situação atual: Em Assis Chateaubriand, o fórum conta inúmeras ações fiscais contra o pequeno comércio; ações de pequeno valor quanto ao lançamento, mas que cresceram com os juros e correção monetária.

Quantias muitas vezes irrisórias que o pequeno comerciante atribulado não pode enfrentar na época certa. E agora se constituem em um fato capaz de liquidar muitos comerciantes laboriosos.

E então, temos não apenas o problema de uma pessoa do comércio, mas o problema social que é a circulação e distribuição de mercadorias, ameaçado por uma inflexibilidade fiscal que se compraz da multa, dos juros, da correção monetária, sem se preocupar com a crise que a todos afeta. E temos também o fórum repleto de ações fiscais que entravam seu funcionamento normal em outras tantas ações que dizem respeito a direitos mais importantes em jogo.

Acreditamos que o Governo do Estado deveria analisar

melhor a situação e atenuar os problemas dessa ordem. Uma hipótese bastante viável e necessária, é a de que se estabelecesse um perdão fiscal à esses comerciantes ameaçados de execução, cujo movimento mensal não ultrapasse os Cr\$. . . 30.000,00. E se adotasse o parcelamento da dívida fiscal para aqueles em débito vencido e em execução cujo movimento mensal não ultrapasse os Cr\$ 60.000,00. Essa sugestão parte do princípio de que do movimento real de vendas nenhum comerciante obtém mais do que 10 por cento de lucro, deduzidas todas as suas obrigações quando lidam com gêneros alimentícios e utensílios comuns.

É muito evidente que se os lançamentos favorecem alguns comerciantes, e seu movimento é registrado como de 160 mil cruzeiros mas na verdade obtém mais do que o dobro, a situação dos lucros é outra. Como também no caso da usura e da atividades paralelas realizadas.

Creio que todos os Srs. Deputados conhecem em suas regiões situação semelhante a que está ocorrendo nos Municípios do Oeste. E muitas devem ser as reivindicações nesse sentido.

Como também acreditamos que o Governo não se manterá insensível permitindo que a inflexibilidade da pressão fiscal encerre tantas atividades empresariais, em prejuízo dos proprietários e também da população; e ainda da própria Justiça.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos à Mesa, para apreciação desta Casa, o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, solicitando imediatas providências da Secretaria da Fazenda para o levantamento das execuções fiscais que se encontram ajuizadas em todo o Paraná, de modo a comprovar o agravamento da situação dos pequenos empresários no Estado.

Outrossim, sugere ao Governador Jayme Canet, a decretação do perdão fiscal aos pequenos comerciantes de movimento inferior a Cr\$ 30.000,00 mensais, que estão sob ameaça de execução e impossibilitados de saldarem os débitos iniciais agora acrescidos de juros e correção monetária. Também sugere o parcelamento dessas dívidas ajuizadas para aqueles comerciantes cujo movimento econômico mensal não ultrapasse Cr\$.. 60.000,00.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1978.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A situação econômica de crise é por demais evidente. E os pequenos empresários, entre eles os comerciantes, não conseguiram ainda recuperar-se das modificações do mercado, situados entre o menor consumo e os interesses dos fornecedores e os intermediários financeiros.

Não é possível subestimar o papel social daqueles que contribuem decisivamente para a circulação e distribuição de mercadorias”.

Q SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência conceitua melhor uma questão de ordem levantada pelo emittente Deputado Renato Bernardi. (Lê): Artigo 31, § 2º, do Regimento Interno — As Comissões temporárias ou especiais ou as tidas como de Inquérito, Parlamentar de Inquérito, se extinguem com o término da legislatura ou logo que tenham atingido os seus fins.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Não foi dado ao MDB nem à ARENA, o direito de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Realmente V. Exª

tem razão e a Presidência solicita desculpas.

A Presidência consulta a Liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço que regimentalmente lhe é reservado.

(Pausa) Havendo declinado, consulto à Liderança da Arena, sobre se deseja ocupar o espaço que o Regimento lhe confere.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente.

Ocupará o horário reservado à Liderança, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência confere a palavra ao eminente Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos atentamente a explanação feita pelo ilustre Deputado Renato Bernardi, em que concerne problema das Comissões Parlamentares ou das Comissões Especiais. Ficamos todos os Deputados, numa dúvida, Sr. Presidente, porque compreendo e sabendo da lisura da Comissão Executiva, não podíamos todos estar envolvidos como negligentes, porque o ilustre Deputado não citou os nomes dos componentes das Comissões que, em sua tese, em seu pensamento, negligenciam.

E é este o ponto de vista que nós queríamos apenas esclarecer para que não parem dúvidas sobre os nossos colegas, que quando são atacados da tribuna, onde poderiam ser confienciados ou conversados nas próprias Comissões quando não há número, ou não há quorum. E é neste instante, quando vemos companheiros nossos, Deputados afeitos ao trabalho, afeitos ao Paraná, afeitos à sua obrigação e principalmente, à sua obrigação com o povo que tão bem representam nesta Assembléia, tanto do MDB como da ARENA.

Não podíamos nos calar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao vermos a Comissão Executiva, ao vermos os componentes destas Comissões, que por coisas outras, muitas vezes não funcionam.

O que não podemos e não admitimos é ver companheiros nossos, atacados da tribuna, sem mesmo merecerem culpa e sem mesmo, ter citado os seus nomes. Porque para o público, para a imprensa que desconhece muitas vezes, o funcionamento desta Casa, é um todo de Deputados que estão sendo injustamente atacados por Sua Excelência o Deputado Renato Bernardi.

É por isso que nós não podemos nos calar, e é por isso que gostaríamos, que quando se fala numa Comissão, diga-se o nome dos componentes para que eles possam fazer sua defesa, sua justificativa.

E sobre o apelo de Sua Excelência o ilustre Deputado Edilson Alencar, também estamos de acordo, mas temos que fazer uma pequena ressalva, porque ele como Deputado que é, devia ter avisado os seus companheiros, que ele acabara de votar há dias com uma anistia fiscal, quando se dava ao comerciante, o direito de recolher aos cofres públicos o dinheiro do governo, o dinheiro do povo, com 70 por cento de desconto na correção monetária, e com 70 por cento nos descontos de juro.

Estamos plenamente de acordo com sua reivindicação, para que o Governo olhe com mais sensibilidade para o pequeno comerciante.

Mas também teremos que fazer justiça a este Governo que, há menos de 90 dias, enviou mensagem à Assembléia dando anistia fiscal. Por que então o ilustrado Deputado não veio a esta tribuna e disse a seu povo que existia uma anistia de 70 por cento nas multas e na correção monetária?

É neste ponto e é neste instante, que haverá também a voz da Arena de pedir a verdade, que crise existe no Brasil, crise existe em todos os países do mundo, mas a crise haverá de ser superada com a boa vontade dos homens que dirigem este País, com a boa vontade dos Parlamentares que hão de lutar ao lado do povo.

Ao invés de semearem a intranquilidade, as crises — muitas vezes pré-fabricadas, ao invés de semearem, muitas vezes,

crises que não existem, ao invés de semearem a discórdia no seio da família brasileira cristã, devem levar o seu apoio, a sua esperança, de lutarem pelo Paraná, pelo Brasil e por sua gente.

Por isto não é responsabilidade só da Arena, é responsabilidade de todos os homens que lutam pelo povo, é responsabilidade tanto da Arena como do MDB, de arranjar soluções palpáveis e pacíficas, para que o Brasil continue nesta trajetória, para que o Brasil continue sendo, no Hemisfério, um "mar de tranquilidade", apesar das crises fabricadas...

O Sr. Renato Bernardi — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... apesar das crises que se fabricam em épocas pré-eleitorais, apesar de se ver de que quando se fala em crises não se arranjam soluções, apesar de se ver tudo isto, ainda haveremos de dizer "presente" com a vitória de Túlio Vargas em 15 de novembro.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, eu acho que não fui bem entendido nesta Casa. Eu ocupei o Pequeno Expediente, para me ater a uma notícia de jornal clara e de domínio público. Esta notícia está na primeira página do "Correio de Notícias".

Não há porque estar encobrindo o nome de qualquer Parlamentar desta Casa. Notícia publicada na imprensa diária é de domínio público.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Estão registradas as ponderações do eminente Deputado Renato Bernardi. Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 105/75, que declara de utilidade pública o TEMPLO DE UMBANDA YEMANJÁ, com sede nesta capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 05/78, que autoriza o Poder Executivo isentar de contribuições previdenciárias os servidores inativos, civis, militares e autárquicos, sem prejuízos dos benefícios previdenciários e assistenciais da legislação específica e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 31/78, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO PARANÁ — CEAG/PR", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 121/78, Mensagem nº 75/78 que objetiva alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dando nova composição à carreira de Assistente Judiciário e dá outras providências. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria das lideranças do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional, solicitando sejam suspensas as sessões dos dias 5 e 6 de setembro próximo. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pela morte do ex-Deputado Orlando Peraro, ocorrida neste Estado, no dia 29 do corrente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Isabel Sbaraini. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, contendo apelo, no sentido de que aquela pasta gestione junto ao Ministério da Agricultura para que seja liberado o plantio de frutas cítricas na região norte paranaense, principalmente na região que congrega o Município de Nova Esperança. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, contendo apelo, no sentido de ser liberado o plantio de frutas cítricas na região norte paranaense, principalmente na região que congrega o Município de Nova Esperança. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício à Direção da FAMEPAR, no sentido de que aquele órgão encaminhe a todas as Câmaras Municipais de nosso Estado, no início de cada ano, instruções que esclareça, de maneira singela e de fácil compreensão sobre os valores da remuneração que deve ser atribuída aos Senhores Vereadores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado e Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que seja determinada a reconstrução da Unidade Escolar Olavo Bilac, no Atuba, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinado, com urgência, o asfaltamento do trecho de estrada que liga Florestópolis - São Joaquim, na Rodovia Bela Vista - Alvorada do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de ser instalado, com urgência, um posto telefônico na localidade de Vila Prado, Município de Miraselva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de ser determinada a instalação de um posto telefônico no Distrito XVIII, também chamado Jandínópolis, no Município de Leópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de ser determinada por aquela Companhia a instalação da rede de energia elétrica no Distrito de Primavera, Município de Leópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, solicitando perdão fiscal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o Distrito de Tamarana receba ligação asfáltica até a Rodovia Celso Garcia Cid. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja registrada nos Anais da Casa, explanação de motivos que o levaram a não apresentar emendas ao Projeto de Lei 121/78, que trata de alteração no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a concessão de anistia dos financiamentos de custeio da produção nos últimos três anos, desde que os produtores comprovem os prejuízos sofridos com a perda das safras atingidas pela longa estiagem e pelas geadas

que assolaram o Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças do Estado, para que haja reajuste da Pauta do ICM incidente na comercialização de suínos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário das Finanças do Estado, no sentido de informar sobre a realização de cursos relacionados com o ICM. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que seja determinado aos órgãos de segurança competentes, a instauração de um processo com o objetivo de analisar o comportamento da Sociedade de Defesa à Tradição, Família e Propriedade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Segurança, sobre denúncias de torturas policiais. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Nos termos do art. 150 do Regimento Interno, adia-se a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada na sessão do dia 02 do corrente mês de agosto, no qual solicita inserção em ata de voto de solidariedade ao Senador Franco Montoro, pela emenda constitucional apresentada com vistas a restabelecer, de imediato, as eleições diretas para Governador de Estado e Senador. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere. Em votação o requerimento da lavra do Sr. Deputado Accioly Neto.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam queiram levantar-se (Pausa). 10 Srs. Deputados aprovam. 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Antes de encerrar a sessão, a Presidência lembra aos Srs. Deputados que está convocada uma sessão extraordinária para às 15:00 horas de hoje, destinada que está, por determinação da legislação, à realização de eleição que visa a escolha dos delegados ao Colégio Eleitoral para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.

Estão lembrados os Srs. Deputados. Reitera, portanto, a Presidência, que a Sessão de escolha dos Delegados ao Colégio Eleitoral para Presidente e Vice-Presidente da República, será realizada hoje às 15:00 horas neste Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 12 de setembro, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/78
3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 141/74, 41 e 96/78

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 175/77, 65 e 92/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 55, 107, 108, e 167/77, e 54, 69, 73, 93, 94, 97 e 98/78.